

2020

**RELATÓRIO DE  
ATIVIDADES**

# 2020

**RELATÓRIO DE  
ATIVIDADES**

# SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	4
Equipe IDS	4
Institucional	6
IDS em 2020	7
<b>1 - DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>8</b>
Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030	9
IV Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030	11
II Seminário de Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável	12
Celebração do Dia da Democracia	13
<b>2 - CLIMA &amp; SUSTENTABILIDADE: PROJETO RADAR</b>	<b>14</b>
Campanha #GrilagemÉCrime e o PL 2633 x MP 910 - Riscos e ameaças ao meio ambiente no Brasil	16
Campanha #EstáFaltandoVerde   Reforma Tributária Sustentável	17
Ação conjunta no TCU e auditoria do desmatamento	19
Desmonte ambiental chega ao STF	19
Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e Acordo de Paris	19
Aprovação da Lei de Serviços Ambientais - Oportunidades e incentivos ao meio ambiente no Brasil	20
Parceria com o portal Congresso em Foco	20
Apoio à estruturação do Instituto Brasil Orgânico	22
<b>3 - SEGURANÇA HÍDRICA</b>	<b>23</b>
Acesso ao saneamento para o combate à Covid-19	24
Apoio à gestão pública para priorização da agenda de Segurança Hídrica	26
Tarifa de saneamento como instrumento para segurança hídrica	27
Cultura de cuidado com a água e cidadania hídrica	29
<b>4 - FORMAÇÃO PARA A DEMOCRACIA &amp; SUSTENTABILIDADE</b>	<b>31</b>
Curso A Amazônia do séc. XXI - os riscos e as oportunidades para a maior floresta tropical do Planeta	31
Ações em Rede	32
Comunicação para Incidência	33
Mídia e Opinião	33
Artigos D+S	34
Redes Sociais	35
Voluntariado	32
Resultados Financeiros	36

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após um ano tão difícil para todos nós, nosso país ainda sofre com as suas mazelas sociais, agravadas com a chegada da pandemia de Covid-19. O povo brasileiro se encontra imerso em inúmeros desafios que são de primeira ordem, batalhando pela sua sobrevivência todos os dias, lidando ainda com o descaso governamental, com a destruição de nosso maior patrimônio, que são nossas florestas, a biodiversidade, saberes tradicionais, nossas águas, e com a consequente impossibilidade de garantia da vida para as futuras gerações. Existe uma responsabilidade coletiva que é pouco incentivada por parte de quem deveria nos dar exemplo. De tão grave a situação, fico me perguntando: como o Brasil vai seguir seu caminho de modo a consolidar seus processos democráticos, fortalecendo suas instituições, sem que haja sustentabilidade ambiental, econômica e humana?

O IDS nasceu em um momento de emergência crítica em relação a dois fatores cruciais e determinantes de nossa história presente. O primeiro, a crise climática, que já afirmava a necessidade de um novo modelo econômico de desenvolvimento, com poder de mitigação, neutralização e regeneração do planeta. O segundo, um sistema político que fosse capaz de dialogar com a tecnologia, tendo a diversidade necessária para apoiar a complexidade que esse chamado da crise do clima nos impõe. Hoje, mais de uma década depois, não é mais possível pensar um país separando os aspectos ambientais e a política institucional. O fazer política é nosso cotidiano, pois as decisões políticas nos afetam diariamente, assim como afetam a natureza, a qualidade do ar que respiramos, se a agricultura terá chuvas para produzir alimentos, se vamos ter comida saudável na mesa, se todos terão acesso à água potável e saneamento, se o acesso à informação fornecerá as bases para a cidadania participativa e assim por diante.

Nesse sentido, o ano de 2020 foi fundamental para avançarmos em uma agenda que se tornou latente em meio a uma pandemia global: o acesso à água e a agenda de universalização do saneamento. Trabalhamos fortemente para denunciar o fato de que muitos brasileiros e brasileiras ainda não contam com esses direitos humanos em suas casas e muitos de nós sequer uma casa possui. Além disso, conseguimos dar continuidade ao trabalho de observar, pesquisar e propor soluções sustentáveis para as recorrentes crises

hídricas que nos assolam. Atuamos junto com alguns parceiros em diversos debates a fim de contribuir com os processos de revisão tarifária de água e esgoto para que a segurança hídrica seja de fato garantida como política pública.

Também amadurecemos nossa visão de democracia e governança participativa por meio do ciclo de seminários sobre o Pacto Federativo do Brasil, por meio do qual vimos que ampliar os meios e as condições de desenvolvimento dos poderes locais é fundamental para criar e manter as políticas públicas municipais de modo a atingirmos as metas da Agenda 2030 no Brasil. Afinal, é nas cidades e municípios desse país onde a vida das pessoas acontece e onde as riquezas são geradas. Portanto, romper com a dependência financeira de Brasília-DF é imperativo.

E, no ano em que ouvimos, perplexos, o atual ministro do Meio Ambiente dizer que o compromisso do governo deveria ser o de “passar a boiada” na legislação ambiental do país, que ainda consegue minimamente dificultar o avanço de ações predatórias em terras indígenas e em áreas de preservação ambiental, quero destacar sobretudo a nossa agenda no campo do advocacy em torno das ações no Congresso Nacional e da resistência por meio da atuação do projeto Radar Clima e Sustentabilidade ao desmanche socioambiental que temos visto acontecer.

São muitos os desafios que estamos enfrentando como sociedade para superar o quadro de desigualdade social profundo que temos, em que cada dia mais se aproxima o limiar de uma decisão que será capaz de colocar o Brasil em dois lugares possíveis: ou na vanguarda do mundo civilizado, apontando um norte para a continuidade da vida humana na Terra, ou subjugado e ainda mais explorado na extração de nossas maiores riquezas, que estão se tornando commodities contemporâneas, a natureza e os recursos naturais. Esta é uma decisão que se aproxima muito rapidamente e em âmbito global. Hoje o IDS é um catalisador do debate sobre sustentabilidade e democracia, demonstrando que um não é capaz de viver sem o outro – ou então ninguém viverá.

**Por Ricardo Young – presidente do IDS**

## ASSOCIADOS

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto  
 Alexandra Reschke  
 Alexandre de Almeida Youssef  
 Altair Cleto de Melo Assumpção  
 Alvaro Antonio Cardoso de Souza  
 Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão  
 André Rodolfo de Lima  
 Bazileu Alves Margarido Neto  
 Carlos Alberto Ricardo  
 Carlos Antonio Rocha Vicente  
 Eduardo Giannetti da Fonseca  
 Eduardo Rombauer van den Bosch  
 Eduardo Viveiros de Castro  
 Gabriela Barbosa Batista  
 Gilberto Câmara  
 Gisela Maria Moreau  
 Guilherme Peirão Leal  
 Jane Maria Villas Bôas  
 João Paulo Ribeiro Capobianco  
 Jorge Luiz Numa Abrahão  
 José Adalberto O. Veríssimo  
 Juliana Cassano Cibim  
 Marcelo de Camargo Furtado  
 Márcio José Brando Santilli  
 Maria Alice Setubal  
 Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima  
 Maristela Bezerra Bernardo  
 Marussia Whately  
 Muriel Saragoussi  
 Oded Grajew  
 Paulo Henrique Ribeiro Sandroni  
 Pedro Ivo de Souza Batista  
 Pedro Wilson Leitão Filho  
 Pedro Ribeiro Telles  
 Raimundo Sergio Barros Leitão  
 Ricardo Cavalieri Guimarães  
 Ricardo Young Silva  
 Roberto Isao Kishinami  
 Samyr Cury  
 Suzana Machado Pádua  
 Tasso Azevedo

Em memória:

Alfredo Helio Sirkis  
 José Rubens Pereira Gomes

## CONSELHO DIRETOR

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto  
 Alexandra Reschke  
 Altair Assumpção  
 João Paulo R. Capobianco (Vice-Presidente)  
 Ricardo Young Silva (Presidente)  
 Roberto Isao Kishinami  
 Suzana Machado Pádua

## CONSELHO FISCAL

Paulo Afonso Garcia  
 Paulo Cesar Werneck

## EQUIPE EXECUTIVA

### COORDENADORA EXECUTIVA

Carolina Riberti Mattar

### COORDENADOR DE PESQUISA

Guilherme Barbosa Checco

### COORDENADOR DO PROJETO RADAR CLIMA E SUSTENTABILIDADE

André Lima

### COORDENADORA FINANCEIRA

Letícia Geraldino Campos

### ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Aline Souza

### ASSESSOR DE ADVOCACY

Mateus Braga Fernandes

### ASSISTENTE DE PESQUISAS E PROJETOS

Djonathan Gomes Ribeiro

### ASSISTENTE DE MARKETING

Augusto César Mau Vieira

### SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA

Elisabete Fernandes



## INSTITUCIONAL

O Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS é uma organização da sociedade civil, plural e apartidária que nasceu do desejo de um grupo de lideranças políticas, empresariais, acadêmicas e sociais, referências no campo socioambiental, de fazer convergir e potencializar ideias e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século XXI. Dessa forma, o propósito da organização é estimular reflexões e propor ações que tenham como foco a convergência desses dois valores, visando ao desenvolvimento do país. Há 11 anos o IDS atua como think tank socioambiental por meio da gestão, da produção de conhecimento e da contribuição para o aprimoramento das políticas públicas.

## O IDS EM 2020

O último ano ficou marcado na história como o ano que nunca será esquecido por ninguém. Antes da pandemia do novo coronavírus, existiram outras mais longínquas e a mais recente, a da AIDS, na década de 1980. Vimos que o vírus que nos acomete pelas vias respiratórias não respeita fronteiras e o quão vulneráveis estamos sob diversos aspectos, principalmente no que tange à nossa capacidade de responder a crises globais de forma coordenada e com a rapidez que os recursos e tecnologias disponíveis permitiriam. Nesse sentido, a pandemia tem evidenciado não apenas o papel indelegável das lideranças políticas e das instituições públicas, como também as consequências da nossa forma de interação com o meio ambiente e, principalmente, o enorme abismo social que nos separa uns dos outros.

O IDS se adaptou e organizou suas forças para contribuir com a superação dos desafios que o nosso planeta estava (e ainda está) passando. Aprendemos que promover valores centrados na partilha, na solidariedade e no cuidado com as pessoas deve ser não só o ponto de chegada, mas também o ponto de partida para a construção de um Brasil democrático e sustentável. Queremos destacar algumas de nossas realizações amparadas em estudos, ações coletivas, trabalho em rede e no forte compromisso com os direitos humanos, com a democracia e com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Em 2020, nossa atuação esteve organizada em torno de quatro eixos, que nos permitiram aprofundar a missão do IDS. Confira a seguir!

## 01

# DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Ainda em março de 2020, o IDS se uniu com outras 80 organizações para cobrar transparência nas decisões do Congresso Nacional no contexto da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, pois a participação social e o acesso à informação são premissas que moldam nossa democracia. A ação foi liderada pela coordenação da sociedade civil da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos.

Ao longo do ano vimos uma enorme tentativa do governo federal de enfraquecer a participação da sociedade civil em órgãos e colegiados e de ofuscar informações importantes para a população, o que chamamos de “apagão de dados”. Além disso, a negação da seriedade da crise sanitária com que nos deparamos inviabilizou a atuação sincronizada em nível nacional na articulação com estados e municípios para o combate à pandemia. Foi nesse contexto que o IDS desenvolveu e apoiou iniciativas junto a outros parceiros que pudessem aprofundar as reflexões e propostas para a governança democrática, o fortalecimento das instituições e o protagonismo da sociedade civil e dos poderes locais.

Manifesto por transparência e garantia de participação social nas deliberações do Congresso Nacional durante a pandemia de Covid-19

[Acesse o site para mais informações](#)

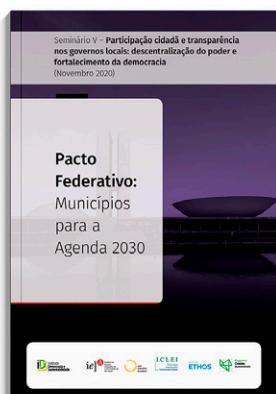
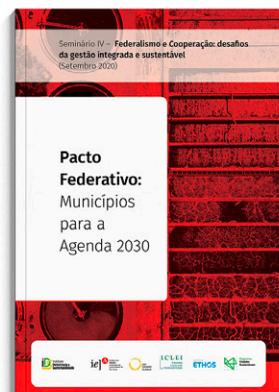
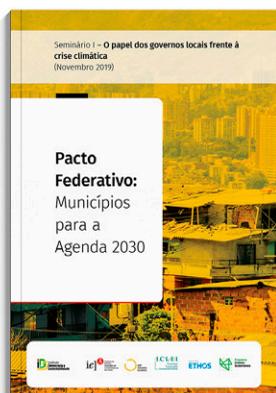
## 1.1 PACTO FEDERATIVO: MUNICÍPIOS PARA A AGENDA 2030

Em 2020 concluímos a série de cinco seminários iniciada em 2019, intitulada Pacto Federativo: municípios para a Agenda 2030 e colocamos à disposição os vídeos dos debates e as publicações que sistematizaram as principais contribuições dos convidados, que abordaram diferentes perspectivas sobre os temas: **O papel dos governos locais frente à crise climática, O território brasileiro e as fronteiras do desenvolvimento, Autonomia e saúde financeira para uma economia verde, Federalismo e Cooperação: desafios da gestão integrada e sustentável**, e, por fim, **Participação cidadã e transparência nos governos locais: descentralização do poder e fortalecimento da democracia**.

Esse conjunto de seminários foi realizado por uma coalizão formada entre o IDS, o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) por meio do Programa Cidades Globais, o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, o Instituto Ethos e o Programa Cidades Sustentáveis, com o objetivo de encontrar caminhos para superar o “federalismo truncado” que tem impedido uma maior cooperação entre os entes federados, o exercício pleno da autonomia municipal e o seu protagonismo na implementação de políticas públicas regionalizadas e localizadas para o desenvolvimento sustentável.

O reconhecimento dos municípios - e das cidades em especial - como local privilegiado para a promoção de estratégias participativas de desenho e a implementação de políticas públicas se deve ao fato de os municípios serem responsáveis primordiais por questões concretas relacionadas ao dia-a-dia da população, como as políticas de desenvolvimento urbano. Isso confere a esse ente federado um enorme potencial de promover renovação política, sentimento de comunidade e confiança nas instituições em meio a um cenário de iminente retrocesso no sistema democrático de participação social.

Porém, uma pergunta elementar que permeou grande parte dos debates foi: como os municípios serão capazes de serem agentes transformadores se sua capacidade de arrecadação direta é de apenas 7,4% do bolo total e, mesmo após todas as transferências feitas, ainda assim ficam com apenas 20% da receita distribuída entre os três entes federados?



[Acesse os materiais aqui](#)

Participaram dos seminários representantes de instituições municipalistas, industriais e empresariais, da academia, de organizações reconhecidas da sociedade civil organizada, de governos estaduais, de prefeitas(os) e secretárias(os) de municípios como Monteiro Lobato (SP), São Bento do Una (PE), Pelotas (RS), Extrema (MG) e Niterói (RJ), de especialistas de instituições internacionais, como a C40 Cities e a Open Society Foundation, entre outros, que deixaram grandes contribuições sobre os desafios atuais e as alternativas práticas, dados, estudos e casos exitosos que podem servir de referência para um novo pacto federativo.

Para acompanhar todos os seminários, [acesse nosso canal do Youtube](#).

O ano de 2021 aponta desafios ainda maiores com o agravamento da pandemia, da crise socioeconômica e dos conflitos políticos. A oportunidade de debater propostas objetivas para aprimorar a governança federativa brasileira com o conjunto da sociedade e com autoridades políticas, de forma aliada à construção de um projeto de país sustentável e democrático, depende em grande medida das prioridades que serão estabelecidas diante das grandes urgências do nosso tempo. As propostas se relacionam com diversos temas e projetos já em tramitação no Congresso Nacional, como a Reforma Tributária e a Reforma Administrativa do Estado, a própria PEC do Pacto Federativo (188/19) e o Teto de Gastos. Tratam-se de agendas de grande

complexidade, que afetam a capacidade de resposta do poder público hoje, mas que costumam ficar para o amanhã.

Vamos avançar para reunir mais atores e parceiros em torno dessa agenda inadiável para que em 2022 os prefeitos e prefeitas possam trabalhar seus mandatos a partir de um novo arranjo federativo.



## ABORDAGENS

2% Norte

9% Nordeste

2% Centro-Oeste

32% Sudeste

4,5% Sul

**41%**

nacional

**9%**

internacional

## PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO

**54%** de homens

**46%** de mulheres

## 1.2 IV RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030

O Relatório Luz é uma iniciativa do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. O GT Agenda 2030 nasceu do processo de diálogo e formulação da Agenda 2030, liderado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015 e depois ratificado pelos seus 193 Estados-membros. A sociedade civil brasileira, que participou ativamente dessa construção, se reuniu então nesse grupo de trabalho para promover e monitorar a sua implementação no país. Formado por 51 representantes, um conjunto amplo de organizações, fundações, coletivos e movimentos, o GT está presente em todas as regiões brasileiras. O IDS compõe o grupo de organizações co-facilitadoras do Grupo de Trabalho junto com a Gestos - Comunicação, Soropositividade e Gênero e a ACT Promoção da Saúde que, juntas, atuam em prol do fomento do diálogo e da construção de iniciativas pelo grupo.

Em 2020, o IDS contribuiu para a elaboração do IV Relatório Luz, que monitorou os avanços e retrocessos em nível nacional da implementação da Agenda 2030 no Brasil. O documento é a única publicação organizada pela sociedade civil que apresenta um panorama sobre como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão sendo implementados no país. O IDS participou da elaboração do capítulo sobre o ODS 6, que trata sobre o acesso à água potável e saneamento básico, e representou o GT em um dos eventos virtuais que marcaram o lançamento da publicação.

O cenário constatado por dados e evidências é dramático. A análise de 145 metas da Agenda 2030 apontou que 60 delas estão em retrocesso, 26 estão ameaçadas e apenas quatro apresentam desempenho satisfatório. A diminuição de investimentos, o enfraquecimento de instituições e espaços de participação da sociedade civil e a piora de indicadores foram sentidas em todas as dimensões: social, ambiental e econômica. Para reverter esse quadro, considerando ainda os impactos da pandemia de Covid-19, o grupo emitiu 156 recomendações. Entre elas, a revogação da Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto de Gastos; a revisão ou revogação da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017); a revisão da Reforma Previdenciária (Emenda Constitucional 103); a implementação de uma Reforma Tributária Justa e Solidária com sistema progressivo; a regulamentação e implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas; e a implementação de uma Renda Básica universal e permanente que reduza as desigualdades e preserve e fortaleça o sistema de proteção social da população mais pobre.



Saiba mais em nosso site

**Lançamento do IV Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030 no Brasil**

**Reserve a data!**

**31 de julho - 10h**

Audiência Pública da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS

Saiba mais em nosso site

## 1.3 II SEMINÁRIO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para evidenciar o grande potencial brasileiro em criar saídas e caminhos possíveis na rota da sustentabilidade, o IDS e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 lançaram em maio de 2020 a segunda chamada pública para a seleção de Soluções Inovadoras que contribuem para o alcance de um ou mais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país. O objetivo da iniciativa é identificar e dar visibilidade a iniciativas da sociedade civil localizadas em diversos territórios do país que podem se multiplicar e gerar um grande impacto nas suas comunidades e em outros locais que enfrentam desafios similares. Foram valorizadas iniciativas que apresentassem respostas para as consequências da pandemia de Covid-19 e que pudessem também promover a igualdade de gênero; a melhoria da saúde e educação básica; a gestão do território e a economia circular para tornar cidades mais seguras, resilientes e sustentáveis; o combate às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade para a proteção de todos os ecossistemas; a disponibilidade de recursos básicos: água, saneamento, energia; e a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável.

[Mais informações em nosso site](#)

As 10 soluções vencedoras foram anunciadas em julho após um rígido processo de curadoria, com participação de oito especialistas de diferentes campos do saber e áreas de atuação, que avaliaram mais de 100 propostas enviadas. Entre os critérios de seleção foram levados em consideração a solidez da ideia, o nível de inovação, a capacidade de articulação com multi-atores, a viabilidade operacional, a capacidade de avaliação e monitoramento e a sustentabilidade financeira.

[Mais informações em nosso site](#)

### Conheça as 10 soluções na publicação elaborada pelo IDS

[Acesse e faça download](#)



No dia 6 de agosto foi realizado um seminário virtual para apresentação das 10 soluções ao público, que contou com a presença de nomes importantes na área empreendedora, como a empresária Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil, e Adriana Barbosa, empreendedora que criou a Feira Preta. As convidadas especiais participaram de um bate-papo conduzido pelo presidente do IDS, Ricardo Young, sobre inovação e caminhos para atrair a atenção de investidores.

Nessa edição, os projetos selecionados receberam uma premiação especial: um processo de mentoria e capacitação realizado em parceria com o programa Green Sampa da ADE Sampa e o Sistema B. Foram três sessões coletivas sobre desafios comuns a todas as soluções, planejamento estratégico, mapeamento de atores e medição de impacto, além de duas sessões individuais para trabalhar as dores específicas de cada solução com mentores especialistas de mercado. A partir dos aprendizados e trocas vividos nessa experiência, as iniciativas puderam se apresentar novamente em um “Pitch Day” e dessa vez para um grupo exclusivo de convidados, entre eles representantes de fundações privadas e investidoras de negócios sociais.

A ação coordenada pelo IDS tem financiamento da União Europeia e é uma das atividades do projeto do GT Agenda 2030, cujo objetivo é contribuir para a promoção da Agenda 2030 no Brasil.

[Mais informações em nosso site](#)

## 1.4 CELEBRAÇÃO DO DIA DA DEMOCRACIA

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre nosso fazer democrático, realizamos a live, em parceria com a TV Democracia, que celebrou o Dia da Democracia. O programa E-Conexão, liderado pelo vice-presidente do IDS, João Paulo Capobianco e pela jornalista da Folha de S. Paulo, Ana Carolina Amaral, entrevistou nomes que integram o nosso quadro de associados e são referência no campo socioambiental do Brasil. No dia 28 de outubro os convidados Oded Grajew, conselheiro e fundador da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis e presidente emérito do Instituto Ethos, e Ana Valéria Araújo, superintendente do Fundo Brasil de Direitos Humanos e especializada em direitos indígenas e na defesa dos direitos socioambientais, conversaram sobre o tema “Sem democracia não há sustentabilidade”.



Acesse e assista no Youtube

## 02

# CLIMA & SUSTENTABILIDADE: PROJETO RADAR



A atuação do IDS na agenda de clima e sustentabilidade teve o projeto Radar presente ao longo do ano em muitas atividades e articulações por meio do advocacy no Congresso Nacional que, por conta do isolamento social, passaram a ser realizadas na modalidade de “Cyber Advocacy”, uma inovação para garantir acesso aos parlamentares em tempos de deliberação remota e de restrição à participação ativa da sociedade civil. O objetivo da nossa atuação nessa agenda é fortalecer a capacidade de incidência e colaborar com a resistência da sociedade civil para evitar retrocessos em políticas públicas e pautas socioambientais. Em 2020, priorizamos ações que tivessem impactos sobre a Amazônia Legal e aumentamos a capacidade de diálogo intersetorial para apoiar a construção de consensos sobre agendas estratégicas.

Para empreender essas ações, o IDS faz parte da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e da Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura, além de ser membro ativo da Frente Parlamentar Ambientalista, dos Observatórios do Clima (OC) e do Código Florestal (OCF) e de manter parcerias com conceituadas organizações de pesquisa socioambiental, como MapBiomass, IPAM, Imazon e Imafloresta.

O IDS articulou mais de 30 reuniões com o GT de Desenvolvimento Socioambiental da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), que integra dezenas de organizações da sociedade civil, e apoiou a produção de mais de 50 lives junto com a Frente Parlamentar Ambientalista.

O resumo mensal dessas atividades pode ser conferido nos cinco Boletins Radar publicados ao longo do ano, uma das principais ferramentas para o monitoramento das pautas socioambientais em tramitação no Congresso Nacional, que já alcançaram mais de 18 mil pessoas.

Os Boletins continuam disponíveis na [playlist do IDS no Facebook](#).



Os destaques no Congresso Nacional em 2020 ficam para as incidências de sucesso, tanto pela via da chamada “agenda positiva”, que valoriza as propostas garantidoras ou ampliadoras de direitos socioambientais, como pela “agenda reativa”, que reage contra os retrocessos socioambientais, tentando impedi-los ou minimizar seus danos.

### Boletim Junho / Julho

“Consenso Verde na Câmara é pra valer ou pra inglês ver?”

[Clique aqui](#)

### Boletim Agosto

“De impeachment ministerial à Reforma Tributária verde, debate ambiental segue intenso no Parlamento”

[Clique aqui](#)

### Boletim Setembro

“Urgência econômica pede sustentabilidade para a Reforma Tributária”

[Clique aqui](#)

### Boletim Outubro

“Muito além dos decretos: as perdas orçamentárias no Meio Ambiente”

[Clique aqui](#)

### Boletim Novembro

‘Nova meta do Mourão é “para Inglês ver”!’

[Clique aqui](#)

### Boletim Dezembro

Plano Mourão para “Inglês Ver”

[Clique aqui](#)

## 2.1

# CAMPANHA #GRILAGEMÉCRIME E O PL 2633 X MP 910 RISCOS E AMEAÇAS AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Ainda em maio, o Projeto Radar lançou uma análise sobre uma nova ameaça ambiental e humana para o Brasil, a transformação da **Medida Provisória (MP) 910/2019**, conhecida como “MP da Grilagem”, no **Projeto de Lei (PL) nº 2.633 de 2020**, de autoria do Deputado Zé Silva (Solidariedade-MG). A análise contribuiu para a criação de uma grande campanha nacional que reuniu organizações do campo socioambiental, artistas e influenciadores com o intuito de mostrar que o “lobo” da MP da Grilagem (910) estava ressurgindo em “pele de cordeiro” no novo PL 2633.

Saiba mais acessando o site

**NÃO DEIXE QUE TE ENGANEM!**

**É MENTIRA QUE A MP-910 É BOA PARA O BRASIL E PARA OS PEQUENOS PRODUTORES**

#Radar DF 34 sem

Lançamos **NOTA TÉCNICA** contra a grilagem de terras no Brasil.

**LINK IN BÍO**

Nota Técnica “Riscos e ameaças do Projeto de Lei de Regularização Fundiária (2.633 de 2020) VS MPdaGrilagem (910/19)”

Essa nota foi desenvolvida para oferecer apontamentos e reflexões sobre a questão da pertinência na aprovação do Projeto de Lei 2633/2020 que substituirá a MP 910 e que pode ser colocado em votação a qualquer momento a partir do próximo dia 20 de maio, conforme compromisso assumido pelo Presidente Rodrigo Maia perante as bancadas de governo e ruralista. Também oferecemos alguns elementos para o aprimoramento do projeto, caso a votação seja inevitável e sobre os riscos reais da MP 910 ressuscitar via votação em Sistema de Deliberação Remota do PL 2633/2020.

Considerações preliminares e gerais a respeito da necessidade (ou não) dessa Lei



A “MP Grilagem” foi derrubada - ou “caducou” - por não ter conquistado, entre os próprios parlamentares, maioria para ser votada em plenário. Diferentes ações foram realizadas para frear os anseios de mudança na legislação, como:

- Carta de 8 ex-ministros do Meio Ambiente contra as ações legislativas em favor da grilagem;
- Nota Técnica sobre PL 2633 x MP 910;
- Live com Deputado Marcelo Ramos (relator do PL 2633 na Câmara);
- Campanha [www.saldaodaamazonia.org.br](http://www.saldaodaamazonia.org.br)

**LIVE** Congresso em Foco

Terça - 19 mai | 10h

[www.congressoemfoco.com.br](http://www.congressoemfoco.com.br)

Tema: Regularização fundiária

**PARTICIPAÇÃO**

Marcelo Ramos  
Deputado (PL-AM)

André Lima  
Inst. Democracia e Sustentabilidade (IDS)

Perpétua Almeida  
Deputada (PCdoB-AC)

Suely Araújo  
Observatório do Clima

Apresentação:  
João Frey (Congresso em Foco)

## 2.2 CAMPANHA #ESTÁFALTANDOVERDE REFORMA TRIBUTÁRIA SUSTENTÁVEL

A proposta de Reforma Tributária Sustentável, lançada em agosto pelo IDS com mais 12 organizações da sociedade civil, apresentou nove medidas para responder aos desafios cruciais para o desenvolvimento sustentável do Brasil: por um lado, simplificar regras, reduzir a carga fiscal e eliminar subsídios perversos; por outro, incentivar o crescimento da Economia Verde com atividades econômicas que coloquem o país na vanguarda do paradigma de sustentabilidade do século XXI. A boa notícia é que uma Reforma Tributária Sustentável não só é possível, como também contribui para redução gradativa da carga de impostos e torna o sistema mais simples e socialmente justo. Essa foi a conclusão do Grupo de Trabalho sobre o tema, formado no âmbito da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), que foi entregue formalmente aos parlamentares coordenadores das Frentes Ambientalista, da Economia Verde, dos ODS e dos Direitos Indígenas.

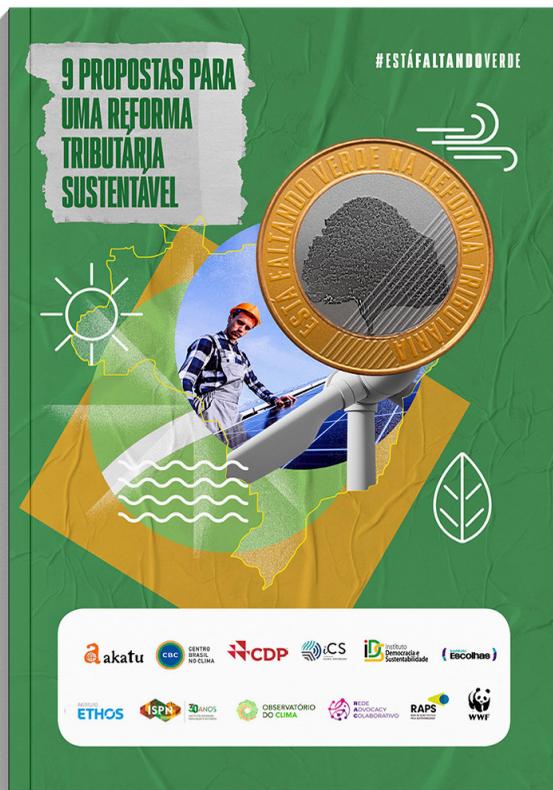
As organizações parceiras dessa iniciativa são: Instituto Akatu, CDP Latin America, Centro Brasil no Clima (CBC), Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto Escolhas, Instituto Ethos, Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), Observatório do Clima (OC), Rede de Ação Política Pela Sustentabilidade (RAPS), Rede Advocacy Colaborativa (RAC), WWF-Brasil e Clima Info.

Saiba mais sobre o lançamento em nosso site e veja aqui o site que reúne as nove propostas para a Reforma Tributária Sustentável: [estafaltandoverde.org.br](http://estafaltandoverde.org.br)

Além do trabalho de articulação e incidência que colaborou com o fortalecimento da sociedade civil organizada para debater o tema, o IDS, junto com a Frente Parlamentar Ambientalista, articulou debates com importantes segmentos do setor privado, relacionados à Economia Verde e com grande potencial de geração de emprego e renda, convidando-os para debater sustentabilidade em uma live que reuniu mais de 500 pessoas em novembro. O tema do painel foi Economia Verde e a Reforma Tributária Sustentável, que teve, dentre seus convidados, parlamentares integrantes de frentes e comissões pela Economia Verde, questões indígenas,

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da agroecologia além de representantes dos setores de energia solar fotovoltaica, da reciclagem, do turismo ambiental, da biotecnologia e cosmética, da agroecologia e de biocombustíveis. Os convidados abordaram quais são as propostas dos setores que representam para o crescimento do país de modo responsável do ponto de vista ambiental, quais são os riscos e benefícios para o setor, de que maneira a Reforma precisa ser desenhada e debatida para ampliarmos a sustentabilidade econômica do Brasil e também para encontrar possíveis acordos do setor privado com as nove propostas desenhadas.

Saiba mais em nosso site.



O IDS também produziu e participou dessas publicações e eventos sobre o tema:

- Publicação do **Documento** “9 propostas para uma Reforma Tributária Sustentável” e também do **Documento** de Referências e Estudos que subsidiaram cada uma das 9 propostas - 50 tons de Reforma Tributária Sustentável;
- **Painel Virtual** com cerca de 50 assessores parlamentares para informar tecnicamente sobre as propostas;
- Participação na **Audiência pública** da Comissão Mista da Reforma Tributária como único representante da sociedade civil no campo socioambiental;
- Participação na **Nota Técnica Coletiva** “PLOA 2021 e o Meio ambiente”, editada pelo INESC;
- Publicação de **Carta** assinada por 3 ex-Ministros da Fazenda, corroborando as 9 propostas para a Reforma Tributária Sustentável.

A campanha #EstáFaltandoVerde | Reforma Tributária Sustentável: [estafaltandoverde.org.br](http://estafaltandoverde.org.br) publicou em seu portal diversos materiais e uma petição on-line, tendo alcançado mais de 61 mil pessoas nas redes sociais entre agosto e novembro de 2020. A continuidade da campanha para o ano de 2021 irá incentivar o “S de Sustentável”.

#### Ação em Rede no Twitter

nov 2020

4 mil impressões



<http://estafaltandoverde.org.br/>

## 2.3 AÇÃO CONJUNTA NO TCU E AUDITORIA DO DESMATAMENTO

Em julho participamos, junto com as organizações da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) que compõem o GT Infraestrutura da Amazônia, da ação conjunta no TCU - Tribunal de Contas da União, que pediu a apuração e a conclusão da auditoria nas políticas de combate ao desmatamento e queimadas do governo Bolsonaro. Diante do aumento do número de queimadas e do desmatamento em 2020, a ação pediu avaliação do Tribunal se o governo implementou, do ponto de vista estratégico e financeiro, os Planos de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia e do Cerrado (PPCDAm e PPCerrado), atualmente em vigor.

[Saiba mais acessando nosso site](#)

## 2.4 DESMONTE AMBIENTAL CHEGA AO STF

Em audiência inédita realizada em setembro, o Supremo Tribunal Federal convidou representantes públicos e da sociedade civil para discutir a atual crise ambiental brasileira e suas implicações para o combate à emergência climática. Foi a primeira vez na história do Brasil que a crise do clima chegou à Suprema Corte, mas o debate foi além e colocou em avaliação o desmonte da governança ambiental no governo de Jair Bolsonaro. Entre os convidados esteve o IDS, com a presença do vice-presidente João Paulo Capobianco, biólogo e ambientalista, doutor em Ciência Ambiental pela USP e ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (2003-2008).

[Saiba mais acessando nosso site.](#)

## 2.5 LEI DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC) E ACORDO DE PARIS - 10 ANOS: O QUE TEMOS PARA CELEBRAR?

O painel foi realizado em dezembro para dialogar sobre o que foi feito e sobre o que ainda precisa avançar para que o Brasil possa alcançar suas metas e cumprir seus compromissos climáticos.

[Saiba mais acessando nosso site.](#)

**LEI DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE  
MUDANÇA DO CLIMA (PNMC) E  
ACORDO DE PARIS**

*O que temos a celebrar?*

## 2.6

# APROVAÇÃO DA LEI DE SERVIÇOS AMBIENTAIS OPORTUNIDADES E INCENTIVOS AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

No apagar das luzes do sombrio 2020, ainda pudemos contemplar algum foco de esperança com a rápida e eficaz incidência liderada pelo IDS para aprovação do Projeto de Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (PL 5.028/2019). No dia 21 de dezembro, o PL 5028 foi votado e aprovado pela Câmara, na forma do substitutivo que havia sido recém-aprovado, em 16 de dezembro, no Senado. O PL foi então enviado para sanção presidencial da Lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), que ocorreu em 13 de janeiro de 2021, mas com vetos inoportunos. Como o processo só termina quando acaba, já apresentamos uma [análise](#) sobre cada um dos vetos presidenciais, que precisam ser derrubados, e publicamos no 2º Boletim Radar Clima & Sustentabilidade do ano de 2021.

[https://bit.ly/BoletimRadarAno2N2\\_Fev21](https://bit.ly/BoletimRadarAno2N2_Fev21)



## 2.7

# PARCERIA COM O PORTAL CONGRESSO EM FOCO

O portal Congresso em Foco é um importante meio de comunicação sobre as ações dos nossos governantes em Brasília e um dos mais acessados do país. O IDS concluiu o segundo ano de parceria com o portal, que foi bastante exitosa. Uma das ações realizadas por meio dessa parceria foi a live no mês de junho com o tema “Uma agenda sustentável para o Brasil Pós Pandemia”, com os convidados Marina Silva, Eduardo Giannetti e Carlos Nobre.

## Pesquisa com Senadores

Outra importante iniciativa dessa parceria em 2020 foi a Pesquisa com Senadores sobre a percepção deles acerca dos temas ambientais e fundiários. Encomendada pelo IDS e realizada pelo Congresso em Foco no início de maio, a pesquisa faz quatro perguntas que buscam checar a adesão de senadores situados ao centro do campo político quanto às teses ambientalistas sobre a proposta do governo de regularização de terras. Dos 29 entrevistados, 59% responderam que a grilagem de terras públicas é o fator que mais contribui para o desmatamento ilegal e as queimadas na Amazônia.

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

[Acesse a pesquisa aqui](#)

[Leia também o Congresso em Foco](#)

## Parlamentares pelo Clima e Sustentabilidade

Pelo segundo ano consecutivo o #PrêmioCongressoemFoco homenageou os parlamentares que mais se destacaram na categoria especial #Clima e #Sustentabilidade. Essa categoria tem o apoio do IDS com o objetivo de reconhecer e fomentar boas práticas de parlamentares nas pautas socioambientais. Foram analisadas, por exemplo, votações, formulação de propostas, participações em debates, entre outras iniciativas.

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

A cerimônia de premiação celebrou a 13ª edição do Prêmio Congresso em Foco, criado em 2006, que tem como objetivos principais valorizar o Poder Legislativo e estimular a sociedade a acompanhar a atuação dos eleitos de forma permanente e ativa. Ricardo Young, presidente do IDS e uma das principais vozes no debate da questão socioambiental no país, conversou com o portal de notícias em julho sobre a importância desse prêmio.

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

Veja aqui a lista de parlamentares vencedores da categoria:

Categoria Especial - Público

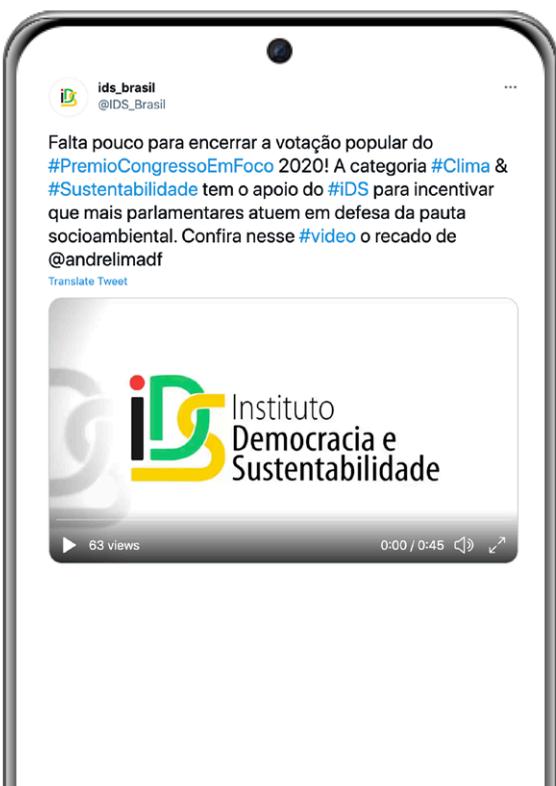
## Clima e Sustentabilidade

\*

Total de votos: 361.557

1		<b>Alessandro Molon</b> 24388	PSB RJ
2		<b>Fabio Faria</b> 13348	PSD RN
3		<b>David Miranda</b> 11234	PSOL RJ
4		<b>Benedita da Silva</b> 10825	PT RJ
5		<b>Áurea Carolina</b> 9196	PSOL MG

[Leia mais no Congresso em Foco](#)



## 2.8

### APOIO À ESTRUTURAÇÃO DO INSTITUTO BRASIL ORGÂNICO

Com apoio da fundação Laudes, ao longo de 2020 foram desenvolvidas ações para o fortalecimento institucional do Instituto Brasil Orgânico, desde a estruturação jurídica, desenvolvimento do plano de trabalho com definição das ações prioritárias, criação do portal oficial (<https://institutobrasilorganico.org>), elaboração de plano de comunicação e estratégias para redes sociais, até a estratégia de mobilização de parceiros e associados em torno da agenda da promoção da agricultura orgânica no Brasil, beneficiando diretamente quase 18 mil produtores de orgânicos.

Na atuação em Advocacy do Instituto Brasil Orgânico foram realizadas ações em rede para a não aprovação da MP da Grilagem (MP910), que incentivava grilagem e crimes ambientais e as propostas para Reforma Tributária Sustentável com apoio, dentre outras atividades sustentáveis, à agricultura orgânica, à agrofloresta e à agroecologia.

## 03

SEGURANÇA  
HÍDRICA

O ano de 2020 representou mais uma etapa do processo de consolidação e aprofundamento da estratégia de segurança hídrica do IDS, com desdobramentos práticos de pesquisas que já vêm sendo realizadas desde meados de 2015, tanto em termos de produção de conhecimento, quanto de incidência na gestão pública e na comunicação, fruto do acúmulo de anos de dedicação ao tema. A atuação do IDS nessa agenda ganhou ainda mais relevância no contexto de enfrentamento à pandemia de Covid-19, tendo em vista que a principal recomendação da Organização Mundial da Saúde para evitar o contágio do vírus foi a correta lavagem das mãos, fazendo com que a universalização do acesso à água potável e ao serviço de esgotamento sanitário, já reconhecidos como dois direitos humanos fundamentais à dignidade, se tornasse urgência de primeira ordem.

O IDS tem promovido por meio de diversas iniciativas uma visão estratégica e integrada para a agenda de Segurança Hídrica, com foco prioritário no apoio à gestão pública, no levantamento de instrumentos econômicos para identificar e compreender potenciais fontes de recursos que possam contribuir para o avanço efetivo dessa agenda no país, bem como na comunicação estratégica e articulação política para implementação de suas propostas.

### 3.1 ACESSO AO SANEAMENTO PARA O COMBATE À COVID-19

O IDS fortaleceu a sua atuação em espaços institucionais de formulação de políticas públicas e incidência política para que fossem tomadas medidas efetivas para a situação dramática do acesso à água e ao saneamento e suas relações com o combate à pandemia do novo coronavírus. Entre as articulações e propostas apresentadas para contribuir de forma propositiva com esse cenário estiveram as seguintes ações:

**Pesquisa “Acesso à água e saneamento para enfrentar a Covid-19 no Brasil”**, realizada em parceria com o ARTIGO 19, o Observatório de Governança das Águas, a Fundação Avina e a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), explorando quais foram as ações tomadas pelo Estado brasileiro para garantir o acesso aos serviços de água e esgoto durante a pandemia, especialmente para as populações socialmente vulnerabilizadas. O documento também explora como as unidades federativas têm atuado para manter suas populações bem informadas quanto ao provimento dos serviços, traçando um mapa de quais ações e políticas públicas cada uma das 27 unidades da federação tomou para garantir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico, com enfoque especial para as medidas de transparência.

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

**Organização de debate público** para pensar as cidades e a implementação dos ODS em tempos de pandemia em parceria com a REBRAPD, a ActionAid Brasil e a Casa Fluminense, organizações-membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, localizadas no Rio de Janeiro. O tema foi “Justiça Socioambiental e Saneamento no Rio de Janeiro” e contou com representantes da UFRJ, da Fiocruz e de organizações locais que desenvolvem ações diretas com comunidades em situação de alta vulnerabilidade, como a Data\_Labe/Cocozap e o Coletivo Rocinha Resiste.

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

Clique [AQUI](#) para assistir no Youtube.

**Participação na Comissão de Segurança Hídrica da Prefeitura de SP**, com enfoque nas ações do município e do prestador dos serviços de saneamento para garantir o acesso à água, incluindo a instalação de pias e a distribuição de caixas d’água. A Comissão passou a publicar um monitoramento dessas ações em um mapa interativo:



[Acesse o site da prefeitura de São Paulo](#)

Participação na série de webinários realizados pela **Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)** em parceria com o portal Politize! O tema foi Saneamento em tempos de pandemia e teve o objetivo de articular ações com o Congresso Nacional e cobrar ações em nível federal que pudessem garantir a acessibilidade física e financeira à distribuição de água potável durante o enfrentamento da Covid-19. O evento contou com a participação de parlamentares e pode [ser acessado aqui](#).



**Manifesto por Transparência e Garantia de participação social nas deliberações do Congresso Nacional durante a Pandemia de Covid-19.**

O IDS e mais de 80 entidades brasileiras da sociedade civil organizada divulgaram em março 2020 um manifesto em que exigiram transparência e garantia de participação social nas deliberações do Congresso Nacional durante a pandemia de Covid-19

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

**Nota conjunta das organizações-membro do Observatório das Águas (OGA)** contendo alguns aprendizados e medidas necessárias para o Brasil em relação à gestão das águas e ao saneamento básico, considerando que o Brasil possui as condições necessárias para assegurar a qualidade e a quantidade de água no seu território se optar pela implementação plena e efetiva das políticas públicas e dos sistemas de recursos hídricos, saneamento, saúde, meio ambiente e clima. A nota enfatizou a importância dos Comitês e das Agências de Bacias Hidrográficas e o seu papel na promoção de ações coletivas e integradas envolvendo o poder público, os usuários de água e a sociedade civil, ressaltou o protagonismo que os municípios devem ter na governança das águas para ações mais próximas da população e ainda o papel das Agências Reguladoras de Água e Saneamento, que estabelecem os critérios para o funcionamento do setor e também a participação efetiva da sociedade. O posicionamento exigiu medidas para (i) proibir temporariamente a interrupção do fornecimento de água, mesmo em situações de inadimplência; (ii) garantir a gratuidade da cobrança do serviço para os usuários já na tarifa social e (iii) fornecer alternativas rápidas para levar água limpa às populações que ainda não têm acesso.

[Acesse nosso site e saiba mais](#)

**Carta Aberta em Favor do Saneamento como Serviço Essencial também em tempos de Pandemia,**

que denunciou a exclusão dos serviços de saneamento do Decreto Federal 10.329/2020 e o seu impacto para as ações de combate ao novo coronavírus. A carta foi encaminhada às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por mais de 60 entidades, organizações, movimentos, coletivos, parlamentares e pessoas que igualmente estão preocupadas com esse descaso institucional com a saúde pública e universal.

[Acesso nosso site e saiba mais](#)

**Carta para cobrar a responsabilidade do Estado brasileiro na garantia do direito humano ao saneamento básico,** assinada por cerca de 18 organizações.

[Acesso nosso site e saiba mais](#)

### 3.2.

## APOIO À GESTÃO PÚBLICA PARA PRIORIZAÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA HÍDRICA

Com o objetivo de estimular e mostrar caminhos práticos para a priorização dessa agenda de forma integrada com diferentes políticas setoriais do poder público, o IDS desenvolveu dois trabalhos em 2020 voltados especialmente para os gestores municipais.

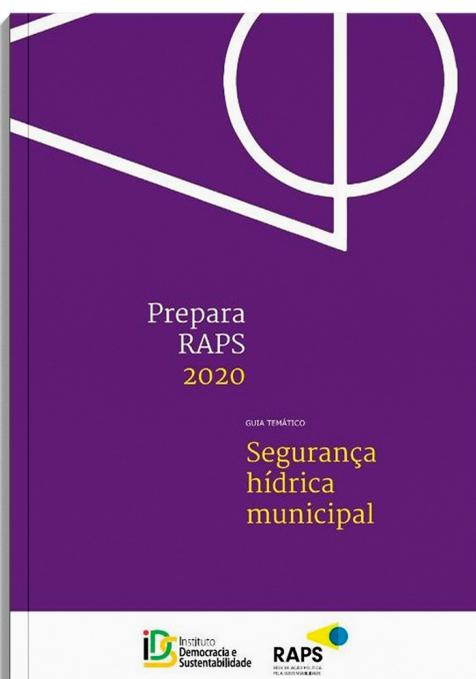
### A Rede de Ação Política Pela Sustentabilidade

- **RAPS** apresentou aos candidatos e candidatas às eleições de 2020 sete guias temáticos que abordaram como enfrentar desafios municipais para que incorporassem políticas de desenvolvimento sustentável e inovação em suas propostas. O IDS foi responsável pela elaboração da cartilha sobre segurança hídrica e saneamento, que aponta para a importância dos planos municipais, as possibilidades de parcerias que os municípios podem firmar e os potenciais recursos financeiros para implementar essa agenda. Além disso, destaca a proteção e o desenvolvimento sustentável dos mananciais, a gestão de bacias hidrográficas, os planos municipais de saneamento, a importância do acesso universal, bem como exemplos positivos na garantia da água limpa como um direito humano, com soluções encontradas na própria natureza. -

[Leia a cartilha aqui](#)

### Em parceria com o Instituto Votorantim,

realizamos um estudo para compreender quais são os impactos do novo marco legal do saneamento, lei aprovada em julho de 2020 (Lei Federal No. 14.026/20), especificamente no papel dos municípios e nas possibilidades de atuação local em prol da universalização do acesso ao saneamento. A lei modifica de forma profunda a função e o lócus do planejamento do setor, especialmente quando estiverem caracterizados o interesse comum e o compartilhamento da competência da titularidade, ainda com alguns questionamentos em aberto a respeito do nível de governança adequado a partir dessas alterações, seja ela municipal, seja ela regional, com o agrupamento de municípios. O Instituto promove ações de apoio à gestão pública com as empresas do Grupo Votorantim, que estão presentes em diversos municípios do território nacional e, assim, possui grande potencial de promover o avanço de boas práticas e de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento sustentável e a segurança hídrica local.



### 3.3

## TARIFA DE SANEAMENTO COMO INSTRUMENTO PARA SEGURANÇA HÍDRICA

O IDS iniciou em outubro de 2020 um novo projeto em parceria com a The Nature Conservancy Brasil e apoio da Partnerships for Forests, programa financiado pelo governo britânico, com objetivo de colaborar com subsídios técnicos para o processo de revisão tarifária conduzido pela Aresp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e viabilizar a estruturação de um Programa de Mananciais incluído no modelo de negócios da Sabesp, tornando a tarifa desse prestador uma fonte perene de recursos financeiros para o cuidado e a proteção desses locais de importância fundamental para a garantia da qualidade e da quantidade de água disponível. Esse trabalho continuará sendo desenvolvido ao longo de 2021 e tem o potencial de gerar benefícios múltiplos, assim como de ser uma referência em nível nacional que pode dar mais escala a esse tipo de aprimoramento no setor de saneamento básico.

Outras ações foram desenvolvidas para colaborar com o avanço desse instrumento, à luz das 23 recomendações para a tarifa de água e esgoto que foram lançadas pelo IDS em 2019 ([segurancahidrica.idsbrasil.org](http://segurancahidrica.idsbrasil.org)) e do ODS 6 da Agenda 2030. A revisão tarifária periódica é o instrumento regulatório pelo qual se define o valor, a composição e a distribuição das tarifas dos prestadores de serviços para um ciclo, em geral, de quatro anos.

### Participação na Audiência Pública virtual sobre a 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp

Em São Paulo, teve início a 3ª revisão tarifária da Sabesp, coordenada pela Aresp, que vai de 2021 a 2024. Dando continuidade às ações de incidência que o IDS vem há anos fomentando nessa arena, de forma a contribuir para a inserção de valores fundamentais, conceitos técnicos e informação qualificada que sirvam para o aprimoramento de diretrizes, apresentamos em reunião técnica da Aresp a pesquisa de opinião IDS/Datafolha (2019) sobre a percepção da sociedade paulistana sobre as questões de saneamento básico, com destaque para os aspectos relacionados à tarifa social.

[Assista no Youtube clicando aqui](#)

**Em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista da Alesp - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, o IDS promoveu no mês de maio uma audiência pública intitulada Tarifa como Ferramenta Estratégica para Universalização do Acesso ao Saneamento, que buscou estimular o debate público sobre o tema, reunindo parceiros e autoridades para se aprofundarem nessa agenda e compreenderem a importância estratégica que a revisão tarifária da Sabesp representa para tornar o saneamento básico prioridade e um dos principais temas de política pública da atualidade. [Leia mais aqui.](#)



[Assista a Audiência Pública acessando o Youtube](#)

**No âmbito da Comissão de Segurança Hídrica da Prefeitura de São Paulo**, o IDS também colaborou com a elaboração de Nota Técnica sobre a estrutura tarifária da Sabesp, elencando sete propostas para o processo, desde o estabelecimento de critérios e o planejamento para situações emergenciais, até a inclusão de ações em áreas de mananciais no cálculo tarifário:

[Acesse o site da Prefeitura de São Paulo para saber mais](#)

**31 JULHO**  
10h a 12h

**CICLO DE DEBATES**  
**Revisão Tarifária da Copasa:**  
Desafios e oportunidades de universalização dos serviços de água e de esgoto

**MODERAÇÃO:**  
Vitor Queiroz  
HIDROBR

**DEBATEDORES:**  
Guilherme Checco  
ICS  
Gustavo Gomes  
Consultor em Regulação  
Mathias Valle  
Instituto GUAICUY  
Marcus Polignano  
Instituto GUAICUY  
Léo Heller  
Fro Cruz

**TEMAS ABORDADOS**  
Regulação e revisão das tarifas  
Universalização dos serviços  
Controle social e participação  
Direitos humanos e ODS 6  
Atualização do marco do saneamento

LINK DO EVENTO

Instituto Democracia e Sustentabilidade | instituto guaicy

**31 AGOSTO**  
16:00 horas

**CICLO DE DEBATES**  
**Revisão Tarifária da Copasa:**  
Investimentos, Distribuição de Dividendos, e Universalização

**Moderação:**  
Rianna Almeida  
Professora - DECECO/RS/PLAT  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSD)  
Ex-gestora do Regulamento Tarifário - ARSAE/MG

**Debatedoras:**  
Ana Lucia Britto  
Professora - FAUP/PROURB/UFPE  
Coordenadora do LERJ  
(Laboratório de Estudos de Águas Urbanas)  
Sandra Kishi  
Procuradora Regional da República  
Gerente do Projeto Conexão Água - #CCRA/MPF

LINK DO EVENTO <https://www.youtube.com/watch?v=7xS7bz1MVw>

Instituto Democracia e Sustentabilidade | instituto guaicy

**07 OUTUBRO**  
16:00 horas

**CICLO DE DEBATES**  
**Revisão Tarifária da Copasa:**  
Universalização do saneamento em MG:  
o papel dos planos na revisão tarifária da Copasa

**DEBATEDORES:**  
Denise Maia  
Pesquisadora Fundação João Pinheiro  
João Batista Peixoto  
Consultor em Saneamento Básico  
Poliana Vargas  
Presidente CBR Velhas e  
Secretária de Meio Ambiente e  
Saneamento de Jequitibá  
Uemede Aparecida  
Figueiredo Gomes  
Professora DECA/UFPA  
coordenadora Projeto Sambaqui

LINK DO EVENTO <https://www.youtube.com/user/iddbrasilquequeremos>

Instituto Democracia e Sustentabilidade | instituto guaicy

## Desafios e Oportunidades para incorporar os Direitos Humanos na revisão tarifária de saneamento em Minas Gerais.

Em julho o IDS realizou conjuntamente com o Instituto Guaicuy um ciclo de debates que envolveu a revisão tarifária da Copasa, empresa estadual responsável pela operação de 629 concessões de água e 264 concessões de esgoto dos 853 municípios de Minas Gerais, conduzida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).

Saiba mais sobre nossa contribuição.

O segundo seminário realizado em agosto recebeu o título de “Investimentos, Distribuição de Dividendos e Universalização”.

Saiba mais aqui.

E o terceiro seminário do ciclo recebeu o título de “Universalização do Saneamento em Minas Gerais: o papel dos planos na revisão tarifária da Copasa” e destacou que o processo de planejamento está intimamente relacionado ao da regulação, pois é a partir dele que são definidas as metas e as condições para alcança-las, sendo também fundamentais a participação social e a transparência para que sejam bem-sucedidos. Também foi assunto do seminário o novo marco legal do setor, a Lei Federal No. 14.026/20, que traz consigo alterações significativas na elaboração dos planos de saneamento, especialmente no que tange ao recorte territorial que deverá abranger.

Acesse nosso site.

### 3.4 CULTURA DE CUIDADO COM A ÁGUA E CIDADANIA HÍDRICA

Além dos esforços já mencionados, o IDS promoveu e participou de três outros eventos que buscaram trazer outra perspectiva sobre essa temática complexa: a do cuidado com as águas e a de uma nova cultura cidadã e política, especialmente necessários no contexto de agravamento das mudanças climáticas e seu impacto para crises e conflitos relacionados à escassez de recursos hídricos.

Webinar **“Uso da Água e Segurança Hídrica - desafios para uma cultura de cuidado com as águas”**, realizado em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista pela Defesa das Águas e do Saneamento Básico da Assembleia Legislativa de São Paulo, coordenada pelo mandato da Deputada Estadual Marina Helou. Foram dois painéis transmitidos pelo Youtube:

Painel 1

Painel 2

Evento virtual **“Segurança Hídrica e Reservatórios - Avaliação dos modelos e a construção de uma maior resiliência”**, realizado em setembro, para aprofundar o debate sobre a gestão de reservatórios de água no contexto dos impactos das mudanças climáticas e dos usos múltiplos das águas nas bacias hidrográficas.

Acesse o [material preparatório](#) e o link de [transmissão](#).



**Uso da Água e Segurança Hídrica**  
Desafios para uma Cultura de Cuidado com as Águas

16 e 17 de setembro, de 14h às 17h  
Inscreva-se: [bit.ly/SegurancaHidrica](https://bit.ly/SegurancaHidrica)

Iniciativa:




14 de setembro.  
Horário: 14h30 às 16h30.

**Webinário Segurança Hídrica e Reservatórios**  
Avaliação dos modelos e a construção de uma maior resiliência

**Convidados**

**Oscar Carvalho Netto** - Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANAS) e Professor na Universidade de Brasília (UNB). Foi presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) e membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

**José A. Marengo** - Climatologista e meteorologista, coordenador geral de Pesquisa e Desenvolvimento, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Viviane Forain Rocha** - Gerente Executivo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Igualmente Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

**Stela Galleanese** - Representante no Brasil do "2030 Water Resources Group" entidade vinculada ao Banco Mundial/IFC. Foi Secretária de Meio Ambiente do estado e do município de São Paulo.

**Mediação**

**Jede Paulo Capelblanc** - Vice-presidente do IDS e **Vicente Andreu** - Ex-Diretor - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANAS) e ex-Presidente da SANASA - Campinas (SP)

[www.idsbrasil.org/](http://www.idsbrasil.org/)



**O Dia Mundial do Banheiro (19/11)** foi marcado pelo evento realizado pelo Instituto Água e Saneamento (IAS) e parceiros. Apoiamos a articulação e a organização dos seminários e debates que abordaram diferentes aspectos, entre eles soluções aplicadas, viáveis e descentralizadas para promover avanços no esgotamento sanitário e boas práticas de gestão comunitária no Brasil. O IDS esteve presente na mesa que debateu as alterações e as oportunidades que o novo marco legal do setor pode trazer para a realidade. A data é um marco simbólico para relembrar o impacto dessa agenda na vida cotidiana das pessoas.

Assista no Youtube clicando [aqui](#).



## 04

# FORMAÇÃO PARA A DEMOCRACIA & A SUSTENTABILIDADE



Em 2020 o IDS amadureceu seu objetivo de promover a educação cidadã e pensamento crítico para a Sustentabilidade e a Democracia, visando também contribuir para o diálogo intergeracional no campo socioambiental. A intersecção entre esses dois grandes valores do nosso tempo gera reflexões profundas para atuação na contemporaneidade. O IDS está, nesse sentido, comprometido com a transmissão de conhecimento e de vivências práticas que inspirem e preparem as novas gerações a superarem os desafios deste século.

## 4.1

### CURSO A AMAZÔNIA DO SÉC. XXI

#### OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES PARA A MAIOR FLORESTA TROPICAL DO PLANETA

Em parceria com a FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o IDS realizou em julho o curso A Amazônia do séc. XXI - os riscos e as oportunidades para a maior floresta tropical do Planeta, ministrado por João Paulo Capobianco, biólogo e vice-presidente do IDS, ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (2003-2008). O curso apresentou características socioambientais da Amazônia, o papel nacional e regional que o bioma desempenha, especialmente do ponto de vista climático e da regulação das chuvas.

Além disso, abordou as oportunidades de uma estratégia de desenvolvimento a partir da floresta em pé e de uma economia de baixo carbono com base no conceito de bioeconomia.

Saiba mais clicando aqui.

# AÇÕES EM REDE

Acreditamos que um trabalho articulado com outras organizações da sociedade civil para atingir um objetivo comum é primordial em uma sociedade democrática e sustentável. Por isso, estivemos ao longo do ano em diversas ações coletivas e, por muitas vezes, assumimos o papel de facilitador ou coordenador das ações. Conheça as redes das quais o IDS faz parte:



Rede de organizações da sociedade civil que desenvolve ações visando à segurança hídrica em São Paulo. Desde 2014, o IDS fez parte de seu Conselho Gestor, participando dos debates e contribuindo com a realização das atividades da rede de parceiros durante sua vigência.



Movimento multissetorial que reúne mais de 120 empresas, associações setoriais, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil em torno do interesse de contribuir para o avanço e a sinergia das agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura sustentável e mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil e no mundo. O IDS faz parte do Grupo Estratégico da Coalizão.



Grupo que trabalha para garantir a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país. O GT Agenda 2030 foi formalizado em 9 de setembro de 2014 e atualmente é composto por mais de 40 organizações da sociedade civil, entre elas o IDS, que atua como co-facilitador da rede, junto com a Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero e a ACT - Promoção da Saúde.



Projeto criado com o objetivo de compreender com mais profundidade a dinâmica de uso da terra no Brasil e produzir informações e mapeamentos inéditos. Composto por uma rede de mais de 20 organizações dentre ONGs, universidades, centros de pesquisa e de tecnologia, o MapBiomias produz mapas e relatórios anuais da cobertura e uso do solo no Brasil de 1985 até os dias atuais, disponibilizados em uma plataforma digital para a sociedade. O IDS é uma das organizações que integra essa rede e que participou da criação do projeto.



Movimento multissetorial que reúne uma rede de 85 instituições do poder público, do setor privado, de organizações da sociedade civil, além de indivíduos que reconhecem a necessidade de monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerado um grande motor para o fortalecimento da gestão das águas no Brasil. O IDS integra a rede como parte do Comitê Gestor.



Rede fundada em 2002 de articulação entre organizações da sociedade civil, como o IDS, que passou a integrá-la em 2019, cujo objetivo é discutir a questão das mudanças climáticas no contexto brasileiro. O OC promove encontros com especialistas na área, além de articular os atores sociais para que o governo brasileiro assuma compromissos e crie políticas públicas efetivas em favor da adaptação do Brasil em relação à mudança do clima e da mitigação desta.



Rede criada em 2013 e formada por 30 instituições, que monitora a implantação da nova Lei Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012) com a intenção de fornecer informações que colaborem com a potencialização dos aspectos positivos e a mitigação de aspectos negativos da nova Lei Florestal e de evitar retrocessos. O IDS também passou a integrar essa rede em 2019.



Rede de articulação entre organizações da sociedade civil nascida em 2018 e voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil. Atualmente, a rede é composta por mais de 120 organizações, entre elas o IDS, que passou a fazer parte dela em 2019.



Plataforma de cooperação de recursos entre organizações da sociedade civil para a incidência organizada junto ao Parlamento Federal em quatro campos: socioambiental, direitos humanos, transparência e integridade e nova economia. Atualmente, são 65 organizações de diferentes portes e regiões do Brasil que participam desse espaço, como o IDS, que coordena o GT de Desenvolvimento Socioambiental.

# COMUNICAÇÃO PARA INCIDÊNCIA

A área de comunicação do IDS está se fortalecendo para que a presença e as contribuições do Instituto se tornem cada dia mais conhecidas e relevantes no debate público. O ano de 2020 foi muito importante para alcançar mais pessoas por meio de campanhas digitais e também da produção de conteúdo em nossos canais oficiais. Ressaltamos a retomada ao longo do ano de nosso blog **Mais Democracia, Mais Sustentabilidade** no site do Estadão.

Conheça clicando aqui.

Estamos presentes também no portal de notícias Congresso em Foco, no qual veiculamos artigos de opinião e colaboramos com o apoio necessário para a produção de notícias relacionadas à cobertura de eventos relevantes para a pauta socioambiental.

Acesse: <https://congressoemfoco.uol.com.br/tag/ids/>



## MÍDIA E OPINIÃO

A seguir, confira alguns destaques de nosso clipping de notícias:



**Senadores entrevistados em  
enquete refutam propostas do  
PL da grilagem**

Folha de São Paulo



**A privatização da água  
e o papel do Estado**

Valor Econômico



**Ação pede ao TCU apuração  
de gastos das operações do  
Exército na Amazônia**

Folha de São Paulo



**TCU é pressionado para  
concluir auditoria na política  
ambiental do governo**

Correio Braziliense



**Água, Esgoto e o combate à  
Covid em São Paulo**

Estadão



**Água e coronavírus:  
monitoramento das medidas  
para garantir saneamento em  
tempos de pandemia**

Observatorio das águas



**Sonhando com o avanço  
civilizatório brasileiro**

Estadão



**Ano novo, problema antigo**

Estadão



**Com queda nos investimentos,  
universalização do  
saneamento atrasa Entrevista  
dada ao UOL, tratando do novo  
marco legal do saneamento.**

UOL



## ARTIGOS D+S

Ao longo do ano produzimos uma série de artigos em destaque no site institucional do IDS, onde procuramos abordar aspectos fundamentais de nossa democracia e mostrar os principais gargalos e desafios em relação à política ambiental adotada pelo governo federal.

### **Dia da Democracia – como vamos avançar no século XXI com essa prática?**

Outubro 2020

[Clique aqui](#)

### **É preciso rever a legislação ambiental?**

Outubro 2020

[Clique aqui](#)

### **A quem interessa o “patriotismo” de Jair?**

Setembro 2020

[Clique aqui](#)

### **Não podemos tratar os dados de desmatamento como Bolsa de Valores**

Julho 2020

[Clique aqui](#)

### **O Incompleto Federalismo Brasileiro**

Maio 2020

[Clique aqui](#)

## REDES SOCIAIS



## VOLUNTARIADO

O IDS está desenvolvendo seu programa de voluntariado para abrir novas possibilidades de colaboração de pessoas, especialmente jovens, que acompanham e desejam contribuir ativamente para o trabalho desenvolvido pelo Instituto. Ao longo do 1º semestre Anne Marie Apap colaborou com o IDS desenvolvendo pesquisas a respeito da governança da água no Brasil e, no 2º semestre, Kelly Heylmann colaborou com o IDS fazendo revisão de artigos científicos para a construção de argumentos técnicos adequados que apontassem os desdobramentos da relação floresta-água, produzindo um material descritivo-analítico dessa questão.

# RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros obtidos pelo IDS em 2020 foram nitidamente melhores em comparação com os últimos anos, o que se deve principalmente à confiança de apoiadores e parceiros do IDS na capacidade da equipe e da organização em atingir resultados que pudessem contribuir com o cenário político, ambiental e socioeconômico do país. O trabalho que o IDS vinha desenvolvendo nos últimos anos ganhou maior notoriedade em uma conjuntura nacional de conflito e agravada pela emergência da pandemia, na qual estimular o debate e a convergência sobre políticas públicas e soluções baseadas em evidências se tornou ainda mais importante. Nesse sentido, os planos propostos pelo IDS para avançar em agendas positivas e fazer frente aos iminentes retrocessos democráticos e na política ambiental ganharam a atenção de financiadores internacionais e nacionais e, assim, conquistamos a maior receita financeira dos últimos anos.

A principal parcela de nossa receita foi para o financiamento do projeto Radar Clima & Sustentabilidade e suas ações junto às organizações da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e aliados, com apoio de três diferentes financiadores: a CLUA - Climate and Land Use Alliance, o Instituto Clima e Sociedade e a Fundação Avina. Também contamos com recursos que viabilizaram o apoio às ações de incidência política da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura e do Centro Brasil no Clima - CBC. A relevância das iniciativas promovidas por meio desses apoios tem conquistado importante reconhecimento e a oportunidade de abertura de novas frentes de trabalho na agenda de clima e meio ambiente, relacionadas em especial à Amazônia.

O apoio à estruturação do Instituto Brasil Orgânico e ao desenvolvimento de ações de incidência relacionadas à agenda agroecológica foram possíveis graças ao apoio da Laudes Foundation; o projeto de fortalecimento do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil contou pelo segundo ano com o apoio da União Europeia. Além disso, passamos a apoiar as estratégias de comunicação colaborativa da RAC por meio do importante apoio da National Endowment for Democracy - NED.

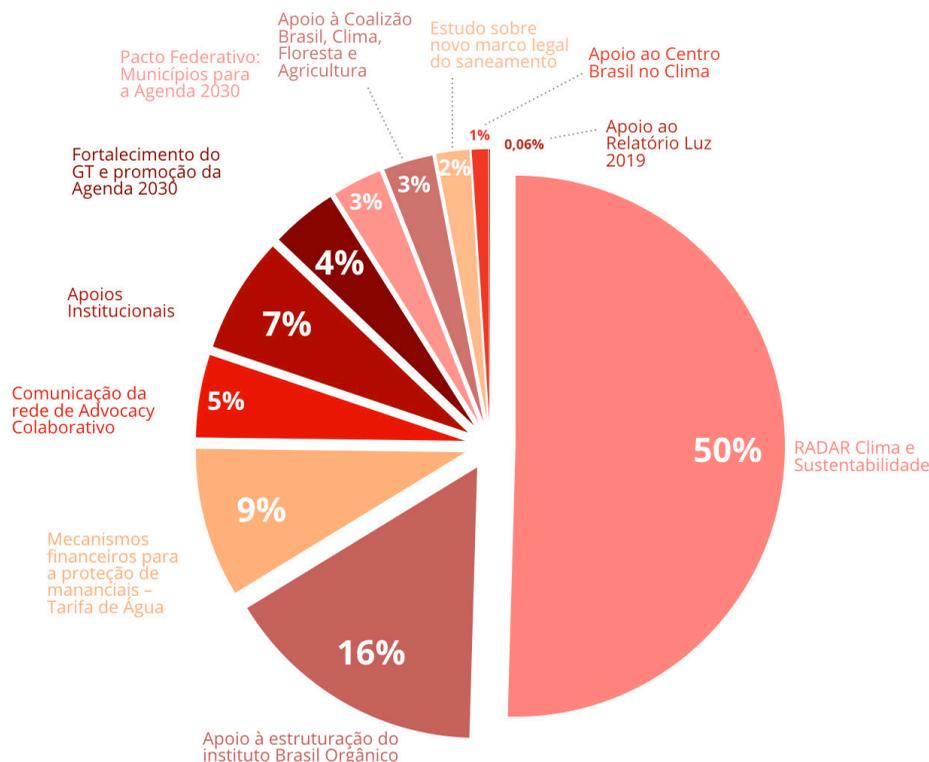
A iniciativa Pacto Federativo: municípios para Agenda 2030 ganhou, por sua vez, uma importante parceira em 2020, que viabilizou a continuidade e a repercussão do projeto após grande incerteza a respeito de como seriam desenvolvidas as atividades remotamente: a Fundação Ford, que renovou sua confiança e apoio à organização para o ciclo de 2021.

As ações e propostas desenvolvidas no âmbito da agenda de Segurança Hídrica também passaram a contar com novos apoiadores, permitindo o aumento da capacidade operacional do IDS para assumir novos desafios. Em parceria com a TNC - The Nature Conservancy desenvolvemos o projeto Forest Restoration for Water Security: Potential Funds from the Sanitation Sector, que conta com financiamento da Partnerships for Forests - P4F. Ademais, atendendo ao chamado do Instituto Votorantim, realizamos o estudo sobre o novo marco legal do Saneamento.

Com tantas oportunidades além de apoios institucionais do Instituto Galo da Manhã e da organização Diálogos Brasil direcionados à gestão do conhecimento do IDS e ao fortalecimento de estratégias comunicacionais, a equipe fixa do IDS pôde se consolidar, possibilitando o comprometimento com esses diversos projetos e iniciativas simultaneamente. Isso se reflete não só no tamanho, mas também na composição das receitas, como demonstrado, pois nunca tivemos fontes tão diversificadas de financiamento dos projetos aos quais o IDS se dedica.

Cabe salientar que parte da receita recebida está comprometida com ações a serem realizadas em 2021, dando continuidade aos trabalhos em curso. Nesse sentido, a boa gestão dos recursos disponíveis também foi fundamental para essa continuidade, com planejamento e execução eficientes e responsáveis do orçamento de cada projeto.

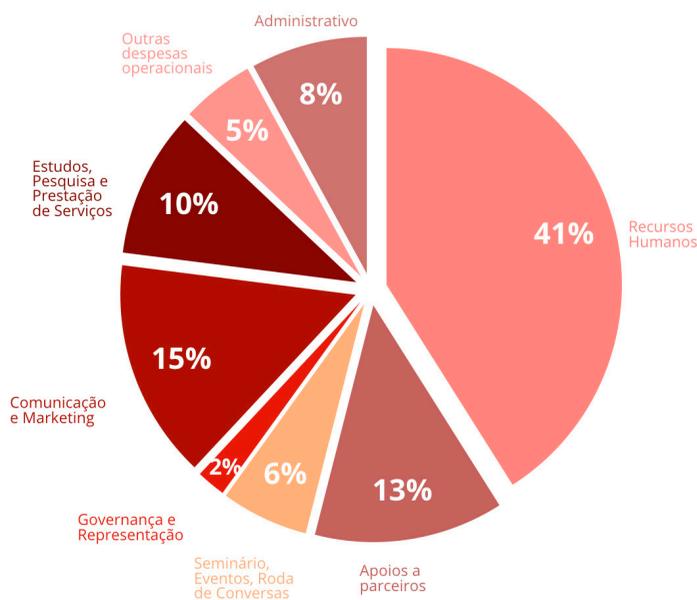
## Receitas por projeto



Em relação às despesas, tivemos novamente um maior peso nos gastos com a equipe fixa do IDS, resultado diretamente relacionado às demandas dos novos projetos conquistados. A área de comunicação foi a segunda maior em despesas, demonstrando a importância crescente dada à visibilidade e à transparência das ações promovidas pelo IDS e, principalmente, ao conhecimento público de agendas de grande relevância em um contexto de pandemia que intensificou as relações online, exigindo ainda mais o uso de ferramentas de comunicação e marketing e o fortalecimento de canais de mídia.

No entanto, o menor percentual para realização de estudos, pesquisas, seminários e eventos comparado aos últimos anos se deve especialmente à adaptação da atuação do Instituto à nova situação de isolamento social, que reduziu os custos operacionais de atividades realizadas. Com relação ao restante dos gastos incorridos, eles apontam o compromisso do IDS em atuar junto a parceiros para atingir os seus objetivos e manter uma estrutura administrativa enxuta para manutenção fixa do Instituto.

## Despesas por centro de custo

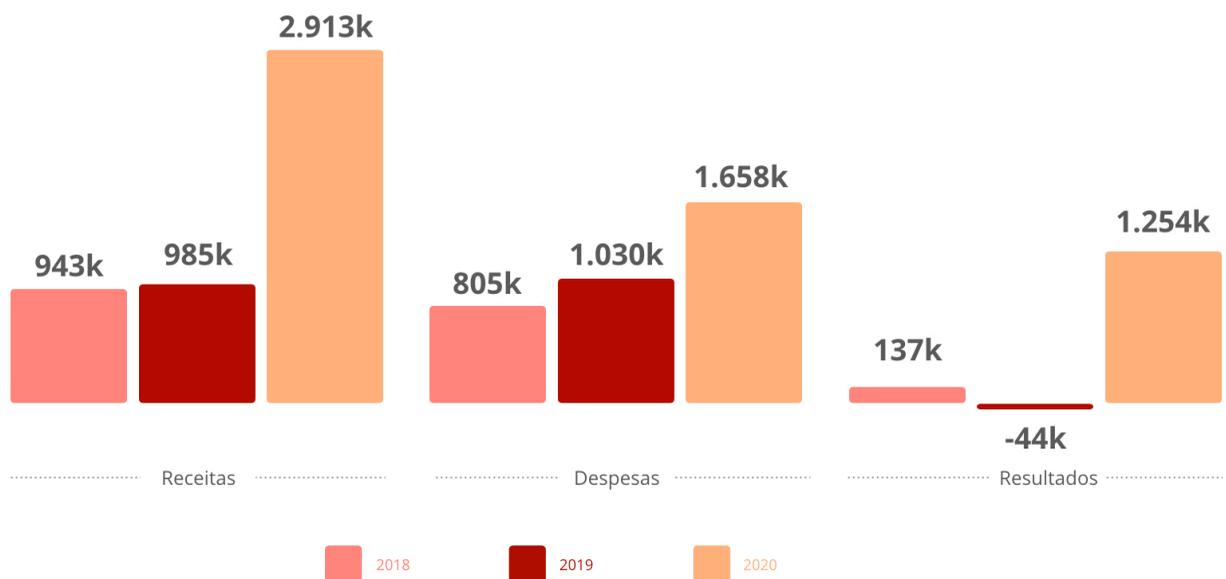


De maneira geral, o IDS vem se consolidando no cenário nacional e internacional, cumprindo suas metas para 2020. Já temos a perspectiva de receber apoio para o desenvolvimento de novos projetos e de renovar parcerias estratégicas para 2021, o que confirma o reconhecimento da nossa atuação e nos motiva a seguir superando todos os desafios.

As perspectivas para o próximo ano são de continuar diversificando as fontes de arrecadação do IDS, consolidando as parcerias e a atuação do Instituto ao longo prazo, com a expectativa de novas e grandes conquistas, somadas a uma equipe cada vez mais potente para atuar com as causas que nos motivam.

**Vamos juntxs!**

## Comparativo de resultados





# 2020

RELATÓRIO DE  
ATIVIDADES

# 2020

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES